

# Audiências Públicas debatem projetos de Melo

Realização das reuniões liberam a tramitação de três propostas do Executivo na Câmara Municipal de Porto Alegre

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Ana Carolina Stobbe  
ana.stobbe@jcrs.com.br

Após determinação judicial, a Câmara Municipal de Porto Alegre realizou na manhã de ontem uma audiência pública online para debater o projeto de lei que sugere alterações no conselho do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae). Agora, a proposta, que transforma o órgão hoje deliberativo em consultivo, poderá seguir sua tramitação no Legislativo.

A demanda partiu da prefeitura de Porto Alegre, segundo a qual a transformação deverá acelerar as ações do Executivo. “Se tu elege um prefeito é para decidir. E a sociedade deve ser consultada. Você hoje não pode fazer nada no Dmae sem o parecer do conselho, isso emperra a gestão. Nós estamos adequando à lei geral e, segundo, agilizando. Essa cidade tem pressa. Eu não posso esperar para comprar mil metros de cano por um parecer que demora de dez a quinze dias”, afirmou à reportagem do **Jornal do Comércio** o prefeito Sebastião Melo (MDB).

O diretor-presidente do

Dmae, Darcy Nunes, defendeu as transformações durante a audiência pública, dizendo que as alterações são meramente técnicas. De acordo com ele, as demandas do conselho da autarquia enquanto deliberativo “estão em desacordo com as formas modernas de gestão, o que leva a empecilhos na sua administração”.

Um dos principais críticos ao projeto, o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) buscou exigir a presencialidade da audiência pública, mas não obteve sucesso. Apesar da manutenção do formato virtual, a entidade foi representada por seu diretor Edson Zomar. “Algo que é bom para a cidade e para os servidores, algo que significa governança para Porto Alegre, não precisa ser feito às pressas, de forma não transparente, de forma açodada, limitando muito a participação dos servidores e da sociedade civil”, criticou, argumentando também que a mudança retiraria a autonomia da autarquia.

Com as mudanças na composição do conselho, o Simpa, que hoje possui uma cadeira, ficará de fora do grupo, assim como outros grupos representantes da entidade civil. Melo argumentou em entrevista ao **Jornal do Comércio**

que a decisão levou em consideração os órgãos mais “afins” com as funções do Dmae.

Além dos municipais, ficam de fora do conselho do Dmae, se o projeto for aprovado no Parlamento, a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa), a Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (Socecon-RS), a Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (Iargs), o Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos (Dieese), a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Apedema) e o Sindicato de Habitação Sicovi-RS.

Alguns servidores do Dmae também fizeram parte do grupo crítico à proposta. Entre eles, estava Luciana Moura, que também reclamou da urgência na tramitação da matéria: “Quando se diz que o Dmae está parado devido a algum problema, é porque o Dmae não tem mais autonomia desde 2017. E por que essa pressa em aprovar este projeto? Ele foi colocado em votação no dia 6 de janeiro, quando os vereadores ainda estavam em recesso, sem conversar com a sociedade, sem

## Os três projetos debatidos durante as audiências públicas

### ► PLE 003/25

Transforma o conselho do Dmae, hoje deliberativo, em consultivo. Além disso, altera a sua composição.

### ► PLECE 001/25

Extingue a Fasc e determina a absorção de suas demandas pela administração pública.

### ► PLCE 002/25

Propõe uma reforma administrativa, criando, renomeando e extinguindo secretarias.

conversar com os servidores, sem nada”. Outro servidor, Jefferson Machado afirmou que o que falta na autarquia é uma modernização administrativa.

Entre os parlamentares que participaram da audiência pública estão os membros da base governista Coronel Ustra (PL), Cláudia Araújo (PSD) e Mariana Lescano (PP). Entre as manifestações, foi criticada a suspensão da tramitação do projeto, barrada judicialmente enquanto não fosse realizada uma audiência pública. Além disso, a defesa dos parlamentares foi de que a mudança serviria para desburocratizar as ações municipais, em consonância com as afirmações da prefeitura.

Já o bloco de oposição con-

tou com o seu líder Jonas Reis (PT) e com o vereador Erick Dênil (PCdoB). Em suas falas, eles consideraram existir uma “precarização proposital” do Dmae e criticaram o projeto de concessão parcial ou total da autarquia que deverá ser encaminhado por Melo ao Legislativo ainda neste ano.

Além do projeto do Dmae, também foi realizada ontem uma audiência pública virtual, a partir das 19h, para debater outros dois projetos do Executivo. Na ocasião, foram discutidas a extinção da Fasc e a proposta de reforma administrativa, que extingue secretarias e cria outras pastas. Entre as novidades, estão a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria-Geral de Governo.

## Leite volta a criticar vetos de Lula ao Propag

/ GOVERNO DO ESTADO

O governador gaúcho Eduardo Leite (PSDB) voltou a criticar os vetos realizados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), sancionado na última semana. Em entrevista concedida ontem ao **Jornal Gente**, da Rádio Bandeirantes, o chefe do Executivo do Rio Grande do Sul afirmou que o Estado está sendo “punido” pelas negativas do governo federal ao texto aprovado no Congresso.

“O Rio Grande do Sul está sendo punido com os vetos do presidente. União nos prometeu R\$ 14 bilhões (para a reconstrução, após as cheias de maio de 2024), e agora está nos tirando R\$ 5 bilhões”, disse Eduardo Leite.

## Proposta quer extinguir Fasc e criar Secretaria de Assistência Social

A extinção da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) proposta pelo prefeito Sebastião Melo (MDB) deverá ser votada na quinta-feira pela Câmara Municipal de Porto Alegre. No lugar da instituição, ele propõe a criação de uma Secretaria Municipal de Assistência Social, que absorverá as demandas da área. Hoje, a Fundação é vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

A Fasc foi marcada por intensas polêmicas ao longo do primeiro mandato de Melo. Principalmente ao longo de 2024, após o incêndio da Pousada Garoa, conveniada à época ao órgão, que culminou na morte de 11 pessoas, deixando outras 14 feridas. Pouco tempo depois de iniciadas as investigações, cujo inquérito foi finalizado no início de dezembro passado, o então secretário de Desenvolvimento Social, Léo Voigt, pediu exoneração da pasta.

A mudança na área já era

esperada desde a campanha de Melo, que consagrou sua reeleição em outubro. À época, em entrevista ao **Jornal do Comércio**, ele afirmou que a separação entre Desenvolvimento Social e Fasc “não foi algo que deu certo”. Ele também considerou, por diversas vezes, que existia um sobreposição de uma sobre a outra.

O futuro titular da Secretaria-Geral de Governo, André Coronel, que atuou no desenvolvimento das propostas ao longo do governo de transição, afirma que a elevação da Fasc a secretaria trará para o centro das políticas do governo. “Ela passa a ter o mesmo tratamento que as demais secretarias do governo e isso vai ajudar muito nas políticas da assistência social, porque há muita transversalidade com outras áreas, por exemplo, com a saúde”, explica.

Em contrapartida, a vice-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS),

Ângela Aguiar, discorda que a mudança seja uma garantia de um maior protagonismo da área no governo. “A gente sabe que será forte aquilo que o governo colocar peso. Se ele definir que uma secretaria será forte ele vai colocar peso naquela secretaria. Se (a Fasc) permanecesse uma fundação e ele definisse colocar peso, ela também seria forte. En-

tão a questão de dizer que a secretaria é mais forte não diz muito, se não tiver esse compromisso e empenho da gestão”, avalia.

A CMAS acredita, ainda, que a urgência do projeto deveria ser retirada para que ele fosse melhor discutido. Na avaliação de Ângela, o texto encaminhado ao Legislativo deixa diversas lacunas.



MARCELO G. RIBEIRO/JC

Demandas da fundação passariam para uma secretaria a ser criada